

Estatísticas Monetárias e de Crédito

Nota para a Imprensa

29.08.2022



**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

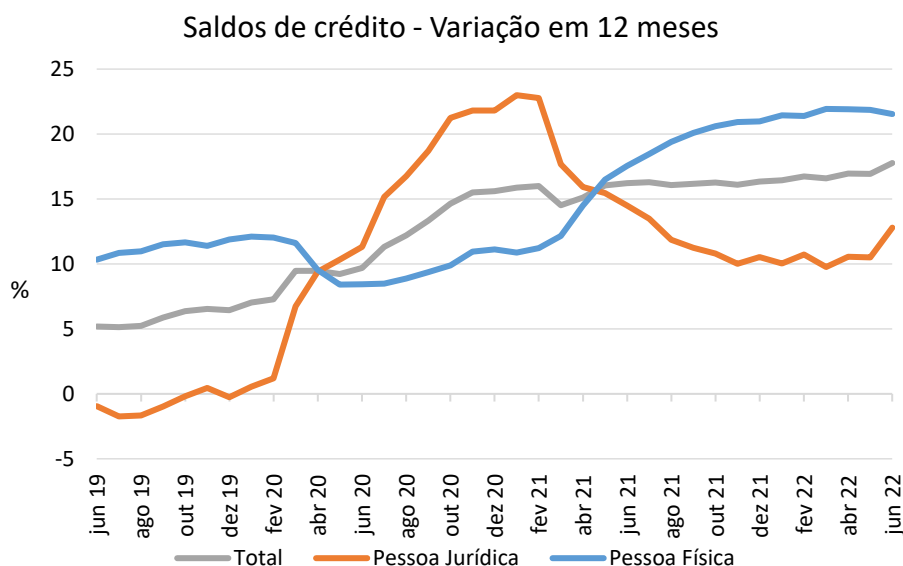
1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

Em junho de 2022, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro alcançou saldo de R\$14,1 trilhões (153,8% do PIB), com elevação de 3,0% no mês. Esse aumento foi devido principalmente à dívida externa, que se elevou em 6,8%, afetada pela depreciação cambial de 10,8%. Na comparação trimestral, o crédito ampliado cresceu 5,4%, prevalecendo as elevações na carteira de empréstimos do SFN, 3,7%, e nos títulos públicos de dívida, 5,3%.

O crédito ampliado a empresas atingiu R\$4,8 trilhões (52,7% do PIB), com alta de 4,6% no mês, influenciada principalmente pelo aumento de 8,6% na dívida externa. No segundo trimestre de 2022, a expansão de 7,0% do crédito ampliado a empresas refletiu principalmente os aumentos de 9,4% em empréstimos da dívida externa, de 10,3% em títulos privados e de 3,0% na carteira de empréstimos e financiamentos do SFN.

O crédito ampliado às famílias situou-se em R\$3,1 trilhões (34,2% do PIB) em junho, com expansões de 1,3% no mês e de 4,1% no segundo trimestre de 2022, em função do incremento nos empréstimos do SFN.

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)



O estoque das operações de crédito do SFN totalizou R\$5,0 trilhões em junho, alta de 1,6% no mês, composta pelos incrementos de 2,1% na carteira de pessoas jurídicas (saldo de R\$2,0 trilhões) e de 1,3% na de pessoas físicas (R\$2,9 trilhões). Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o crescimento em 12 meses do estoque total de crédito acelerou de 16,9%, em maio, para 17,8%, em junho. Esse desempenho

resultou da expansão do estoque de crédito para pessoas jurídicas, que passou de 10,5%, em maio, para 12,8% em junho, e da desaceleração de 21,8% para 21,5% no crédito para pessoas físicas, considerados os mesmos períodos de comparação.

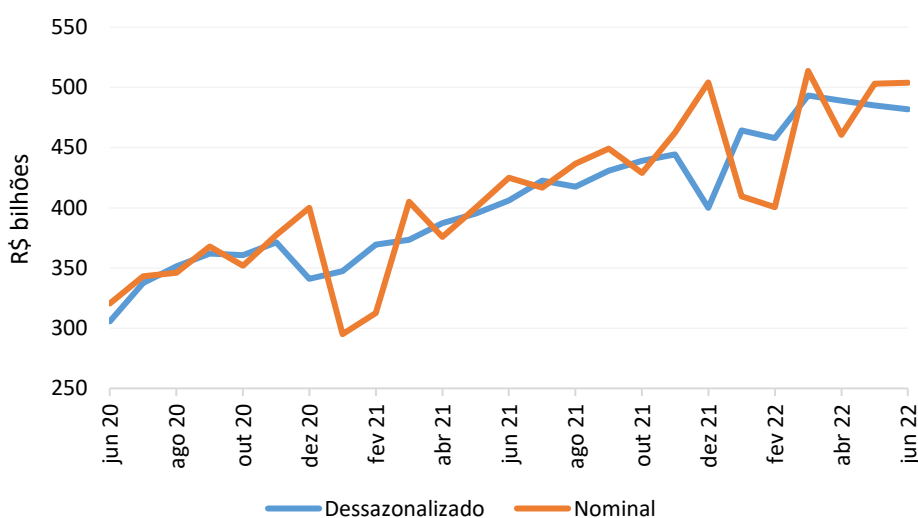
O crédito com recursos livres às empresas totalizou R\$1,4 trilhão em junho, com elevações de 2,3% no mês e de 18,4% comparativamente a junho de 2021. Em maio, o crescimento em 12 meses havia sido de 16,7%. Entre as principais modalidades de crédito que contribuíram para o desempenho do segmento empresarial em junho, destacaram-se as operações de desconto de duplicatas e outros recebíveis (+9,1%),

impulsionadas por fatores sazonais, as operações de capital de giro com prazo superior a 365 dias (+1,7%) e os financiamentos a exportações (+4,1%).

O crédito com recursos livres às famílias somou R\$1,7 trilhão em junho, com acréscimos de 1,4% no mês e de 25,4% em doze meses. Por modalidades, o crescimento foi bastante disseminado, com destaque para cartão de crédito total (+1,2%), crédito pessoal não consignado (+1,7%), crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS (+1,4%) e crédito consignado para trabalhadores do setor público (+0,7%).

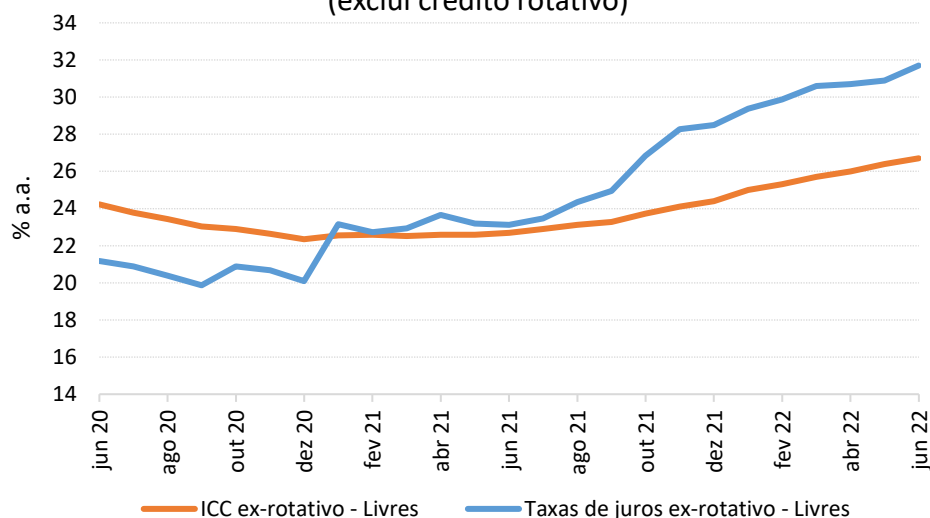
O crédito com recursos direcionados alcançou saldo de R\$1,9 trilhão em junho, com expansão de 1,3% no mês e de 11,5% em doze meses. As operações contratadas com pessoas jurídicas cresceram 1,6% no mês e 3,1% em doze meses), totalizando R\$685,3 bilhões. Nas operações com as famílias, o crédito direcionado cresceu 1,2% no mês e 16,8% em doze meses, alcançando saldo de R\$ 1,3 trilhão.

Concessões de crédito



As concessões de crédito totalizaram R\$503,9 bilhões em junho, registrando acréscimo de 24,8% no acumulado em doze meses. Nas séries com ajuste sazonal, as concessões para empresas recuaram 0,9%, enquanto no segmento de pessoas físicas cresceram 1,8%.

ICC e taxas de juros do crédito livre (exclui crédito rotativo)



O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todo o crédito do SFN, atingiu 20,5% a.a., elevando-se 0,3 p.p. no mês e 3,2 p.p. em 12 meses. No crédito livre não rotativo, o ICC situou-se em 26,7% a.a., com variações de 0,3 p.p. em junho e de 4,0 p.p. em 12 meses. O *spread* geral do ICC aumentou 0,1 p.p. no mês, para 13,4 p.p., acumulando elevação interanual de 1,3 p.p.

A taxa média de juros das novas contratações de crédito em junho atingiu 28,1% a.a., com elevação de 0,5 p.p. no mês e de 8,1 p.p. em relação a junho do ano anterior. Em linha, o *spread* bancário das novas contratações situou-se em 17,7 p.p., com incrementos de 0,5 p.p. e de 3,3 p.p., na mesma ordem.

A taxa média de juros das operações livremente pactuadas atingiu 39% a.a. em junho, com expansões de 1,0 p.p. no mês e de 10,6 p.p. em comparação a junho de 2021. Nos novos contratos com pessoas jurídicas, a taxa média de juros alcançou 22,6% a.a. (+0,7 p.p. no mês e +8,1 p.p. em doze meses). Nos novos contratos com pessoas físicas, as taxas de juros atingiram 51,5% a.a. (+1,1 p.p. no mês e +11,7 p.p. em doze meses).

A inadimplência do crédito total do sistema financeiro, que considera os atrasos superiores a 90 dias, registrou estabilidade em junho, situando-se em 2,7%. Esse desempenho refletiu a estabilidade nos atrasos acima de 90 dias no crédito livre (3,6%) e a diminuição de 0,1 p.p. no crédito direcionado (1,2%).

3. Agregados monetários

A base monetária atingiu R\$407,2 bilhões em junho, com aumento de 2,3% no mês e redução de 3,6% em doze meses. No mês, o papel-moeda emitido e as reservas bancárias subiram 1,1% e 7,4%, respectivamente.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, apresentaram expansão as operações com títulos públicos federais, R\$38 bilhões (colocações líquidas de R\$58,5 bilhões no mercado primário e compras líquidas de R\$96,5 bilhões no mercado secundário); as operações com derivativos, R\$39,9 bilhões; e as operações do setor externo, R\$0,4 bilhão. Impactaram de forma contracionista as operações do Tesouro Nacional, R\$25,8 bilhões; as operações de redesconto e linhas de liquidez, R\$1,1 bilhão; e os depósitos de instituições financeiras, R\$ 27,9 bilhões (recolhimentos de recursos de depósitos a prazo, R\$3,1 bilhões; de depósitos voluntários a prazo, R\$26,3 bilhões e de cadernetas de poupança, R\$1,5 bilhões; liberações de depósitos prévios para compensação de cheques e outros papéis, R\$0,1 bilhão; liberações de recursos do Proagro, R\$0,6 bilhão; de depósitos de garantia em espécie vinculadas a Linhas Financeiras de Liquidez – LFL, R\$2,3 bilhões).

Os meios de pagamento restritos (M1) somaram R\$601,1 bilhões em junho, crescimento de 1,1% no mês, resultado de elevações nos depósitos à vista e no papel-moeda em poder do público, 1,5% e 0,5%, respectivamente. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 recuou 1,5% no mês.

O M2 cresceu 2,2% no mês, totalizando R\$4,6 trilhões. O saldo dos depósitos de poupança avançou 0,2% no período, somando R\$1,0 trilhão, após resgates líquidos de R\$3,7 bilhões. O saldo dos títulos emitidos por instituições financeiras avançou 3,1%, totalizando R\$3,0 trilhões, após captações líquidas de R\$47,9 bilhões nos depósitos a prazo. O M3 registrou variação de 0,7% no período, totalizando R\$9,2 trilhões, refletindo o crescimento do M2. O saldo das quotas de fundos do mercado monetário apresentou comportamento estável, com aumento de 0,1%, totalizando R\$4,4 trilhões. O M4 cresceu 0,8% no mês e 13,8% em 12 meses, somando R\$10,1 trilhões.

4. Revisão extraordinária de dados

A [Política de Revisão das Estatísticas Econômicas](#), publicada em outubro de 2019, estabelece que revisões extraordinárias devem ser efetuadas e informadas tão logo sejam identificadas incorreções, sejam elas originadas nas fontes de informação ou nos processos de compilação.

Em virtude de incorreções identificadas, foram revisadas extraordinariamente as séries de concessões de cartão de crédito à vista e de saldos de crédito rural com taxas reguladas, publicadas nas Tabelas 10B e 11A (concessões de cartão de crédito) e na Tabela 8 (saldos de crédito rural) desta Nota para a Imprensa, bem como no Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS).